



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Ata da 56ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte
de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 09 de fevereiro de 2010, às 13h30min.

Local: Auditório FIEMG- Av. Deputado Esteves Rodrigues, nº 1489 – Vila Brasília – Montes Claros/MG.

1. Aos 09 de fevereiro de 2010, às 13h30min, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do
2. Norte de Minas, de 2009, às 13h30min, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do
3. Norte de Minas, no Auditório FIEMG- Av. Deputado Esteves Rodrigues, nº 1489 – Vila
4. Brasília - Montes Claros/MG. Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e
5. Suplentes: como Presidente, Sr. Juvenal Nogueira Marques, Supervisor Regional do IEF;
6. Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA: 1º Suplente: Wagner
7. Brant Monteiro; - Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do
8. Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas – SEDVAN : Suplente: Odilon Martins
9. Guimarães Júnior; - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana -
10. SEDRU: 1º Suplente: Mônica Maria Ladeia; - Polícia Militar de Minas Gerais: Titular – Major
11. Nivaldo Ferreira Neto; 2º Suplente: Ten. Thiago Alves Ribeiro; - Procuradoria-Geral de Justiça
12. – PGJ - Titular: Paulo Márcio; - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais –
13. IBAMA: Titular – Berilo Prates Maia Filho; - Prefeituras Municipais situadas na área de
14. abrangência da URC: Suplente: Aramis Mameluque Mota – secretário Municipal de Meio
15. Ambiente de Montes Claros; - Comitês de Bacias Hidrográficas, constituídos e operacionais, e
16. situados, majoritariamente, na área de abrangência da URC: 2º Suplente: Dalton Soares de
17. Figueiredo - Comitê de Bacia Hidrográfica do Jequitai e Pacuí; Representantes da Federação
18. das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG: 1º Suplente: Ezio Darioli; -
19. Representantes da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG:
20. Titular: José Avelino Pereira Neto; - Representantes da Federação dos Trabalhadores na
21. Agricultura no Estado de Minas Gerais- FETAEMG: Titular: Arimar Gomes dos Santos –
22. FETAEMG; - Representantes da Federação das Associações Comerciais, Industriais,
23. Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS: 2º Suplente:
24. Edílson Torquato – Associação Comercial de Montes Claros; - Representantes da Associação
25. Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES: Titular: José Ponciano Neto; - Representantes de
26. Entidades Cíveis Representativas de Categorias de Profissionais Liberais Ligadas à Proteção do
27. Meio Ambiente: 1º Suplente: Ailton Barbosa Vilane – AREA – Associação Regional dos
28. Engenheiros Arquitetos e Agrônomos; 2º Suplente: Roberto Mauro Amaral – AGRO –
29. Associação dos Engenheiros Agrônomos do Morte de Minas; - Representantes de
30. Organizações Não-Governamentais legalmente constituídas para a proteção, conservação e
31. melhoria do meio ambiente, incluídas no Cadastro Estadual de Entidades Ambientais –
32. CEEA: Titular: Sóter Magno Carmo– OVIVE – Organização Vida Verde; 2º Suplente: Wendel
33. Brito Nunes – GRUNFINCH; 2º Titular: Vanessa Veloso Barbosa – IGS – Instituto Grande
34. Sertão; 1º Suplente: Ramon Risério Dourado Leite – IGS – Instituto Grande Sertão; -
35. Representantes da Comunidade Científica: Cientista, Tecnólogo, Pesquisador ou Pessoa de
36. Notório Saber, reconhecidamente dedicada às atividades de preservação do meio ambiente e à
37. melhoria da qualidade de vida: Titular: Anete Marília Pereira – UNIMONTES; -
38. Representantes de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, por sua representação não-
39. governamental: Titular: Valquíria Dias Moreira – CODEMA – Montes Claros. Estiveram
40. também presentes Dra. Laís Fonseca, Superintendente da SUPRAM NM; Yuri Rafael, Chefe
41. do Núcleo Jurídico da SUPRAM NM, além de técnicos dos órgãos envolvidos.
42. **Dra. Laís Fonseca** agradece a presença de todos na primeira reunião da URC Norte de Minas
43. em 2010, desejando que, no correr do ano, se consiga vencer todas as batalhas. Convida para



44. ouvir o Hino Nacional.

45. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

46. **2. Abertura pelo Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento**
47. **Sustentável e Presidente da URC/COPAM Norte de Minas, Dr. Shelley de Souza**
48. **Carneiro.**

49. O **Sr. Juvenal Nogueira Marques**, Supervisor Regional do IEF, Presidente da reunião,
50. cumprimenta os Conselheiros e destaca a presença do Conselheiro Major Nivaldo Ferreira
51. Neto que, recentemente, assumiu o Comando da 11ª Cia. de Meio Ambiente e Trânsito,
52. desejando-lhe boas-vindas. Manifesta a disponibilidade de que se possa estar trabalhando em
53. cooperação com a Polícia Militar. Destaca ainda que se está em um período atípico, tendo
54. terminado o ano com muita chuva e assistindo-se a um 2010 bastante seco, dentro de um
55. processo de mudanças climáticas. Ressalta que tem havido intervenções que acontecem de
56. forma lenta e gradual, que a população não tem percebido. Diz que é preciso que se leve às
57. pessoas essas ações para se melhorar o discernimento e a percepção, pois, no decorrer do
58. tempo isso vai ajudar para que juntos se possam buscar novas atitudes e soluções. Mostra o
59. caso da dengue, que é colocada como problema de saúde pública, mas que é um viés de
60. comportamento, de atitude das pessoas. Lembrando a situação de São Paulo, que vem sendo
61. atingida pela chuva há 40 dias, destaca que é o momento de, numa cidade como Montes
62. Claros, o conjunto da população buscar junto com o poder público, alternativas viáveis para
63. que a cidade cresça de forma sustentável. Que o processo de urbanização se dê de forma a
64. equacionar problemas que possam vir a se tornar crônicos e danosos para a população no
65. futuro. **Yuri Rafael**, Chefe do Núcleo Jurídico da SUPRAM NM, lê o termo de posse dos
66. Conselheiros: como representantes do Poder Público, na condição de Titular e Suplente
67. respectivamente, Dr. Luis Tadeu Leite, Prefeito Municipal de Montes Claros, e Aramis
68. Mameluque Mota, Secretário Municipal de Montes Claros; Representante do Poder Público, 2º
69. Suplente, Dalton Soares de Figueiredo, do Comitê de Bacia Jequitai/Pacuí; Representante do
70. Poder Público, Polícia Militar de Minas Gerais, Titular, Major Nivaldo Ferreira Neto. O
71. Presidente solicita que, no Comunicado dos Conselheiros, os pronunciamentos sejam objetivos
72. pelo fato de a pauta ser extensa e dever provocar muita discussão.

73. **3. Comunicado dos Conselheiros.**

74. A **Conselheira Anete Marília Pereira**, representante da Unimontes, informa que, no dia 22 de
75. fevereiro, no CCBS, a partir das 9 horas, se realizará um workshop para finalizar o Plano
76. Diretor do Centro de Estudos para Convivência com o Semi-árido. Diz que esse projeto, que
77. está sob sua coordenação, é um projeto da Secretaria de Ciência e Tecnologia em parceria com
78. a SEDVAN, ficando a gestão executiva com a Unimontes. Diz que o projeto foi inaugurado
79. em setembro do ano passado com a finalidade de se criar um centro de estudos sobre a região.
80. O **Conselheiro Ezio Darioli**, representante da FIEMG, comunica que, no dia 25, no auditório
81. da FIEMG, a partir das 19h, haverá três palestras sobre Compensação Ambiental, Bolsa de
82. Recicláveis e Produção mais limpa nas indústrias. Quem se interessar em participar deve
83. reservar a vaga na FIEMG. A **Conselheira Mônica Maria Ladeia** comunica que, ontem,
84. entrou em operação a Estação de Tratamento de Esgoto de Montes Claros. O **Conselheiro**
85. **Berilo Maia**, do IBAMA, comunica sobre um aviso de licitação que está sendo feito pela
86. CODEVASF a respeito da execução de obras e serviços relativos à construção do Centro de
87. Triagem de Animais Silvestres – CETAS – na cidade de Montes Claros. Diz que é uma obra
88. que se vem tentando executar há algum tempo e agora se conseguiu alocar o recurso junto ao
89. governo federal. A licitação ocorrerá no dia 24 de fevereiro, às 9 horas, no auditório da 1ª
90. Superintendência Regional da Codevasf, em Montes Claros. Informa também sobre denúncia
91. recebida com relação à BR 135, onde muito lixo está sendo gerado e deixado por ambulantes
92. na parada próximo a Bocaiúva, no local onde se realiza a obra. Solicita que se faça uma
93. comunicação oficial à empresa e ao DNIT para que tomem providências. O **Conselheiro**
94. **Aramis Mameluque Mota**, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Montes Claros, fala a



95. respeito do grande desmatamento que houve na serra do Ibituruna, Relata que o
96. empreendimento foi aprovado em 2008, sendo a entidade de utilidade pública, com título
97. concedido em junho de 2008 pela Câmara Municipal. Em dezembro de 2008, a área foi
98. instituída como área metropolitana institucional, viabilizando o projeto, e, ainda em dezembro,
99. foi concedido o alvará de construção do empreendimento. Informa que recebeu o pedido de
100. limpeza da área dos lotes 9, 10, 11 e 12 do bairro Jardim Europa e concedeu a licença, não
101. imaginando que seria o que foi. Diz que a Secretaria de Meio Ambiente e o Prefeito, mesmo
102. custando aos cofres da Prefeitura, acharam por bem, em consenso com os Arautos do
103. Evangelho, permutar a área por outra no bairro Ibituruna. Explica que o projeto estava em
104. situação regular, mas causou desagrado, e a área que, se possível, era melhor que fosse
105. preservada. Diz que isso é importante para que se cuide de pisar nos freios quando se tratar de
106. algo ligado a desmatamento ou algo ligado ao meio ambiente. O **Conselheiro Sóter Magno**
107. **do Carmo**, da Organização Vida Verde, diz que não iria tocar no assunto, pois já considerava
108. um ponto morto. Entende que estava tudo legalizado e licenciado e parabeniza a administração
109. municipal por ter entendido que, apesar disso, criou-se não só um impacto ambiental, um
110. impacto visual e a comoção da comunidade montes-clarenses. Diz que a serra do Sapucaia é, no
111. seu entendimento, uma das áreas mais importantes próximas a Montes Claros. Ressalta que foi
112. uma decisão sábia, na hora oportuna, apesar de a degradação já ter acontecido. Pede que a área
113. seja revitalizada para não ficar aquela boca na serra. Entende que nem tudo que é legal é moral.
114. Para ele, como ambientalista, foi uma das coisas mais imorais que aconteceu em Montes
115. Claros ultimamente no que diz respeito às questões ambientais. O **Conselheiro Major**
116. **Nivaldo Ferreira Neto**, Comandante da 11ª Cia. De Meio Ambiente, agradece a oportunidade
117. de participar do Conselho. Diz que a causa ambiental é urgente, mas não pode ser feita de
118. forma precipitada e amadora. A racionalidade tem que estar movendo todos os atos e todas as
119. atitudes. Diz que a 11ª Cia. renova sua missão de estar aqui no Conselho buscando, através da
120. mediação de conflitos e na intervenção em alguns conflitos, representar o poder interativo do
121. estado. Comunica que, no período de 12 a 18 de fevereiro de 2010, estará acontecendo a
122. Operação Carnaval, cujo lançamento ocorrerá amanhã às 9 horas, em Montes Claros. Diz que
123. seria de bom grado se os ambientalistas e entidades não-governamentais se alinhassem a esse
124. projeto. Solicita muito cuidado, porque as rodovias novas estão sendo liberadas sem a
125. sinalização adequada e se estão computando muitas vítimas. Quanto à BR 135, afirma que,
126. devido aos pontos de paralisação, quando a pista é liberada, os motoristas querem tirar
127. vantagem nas rodovias estaduais ou no perímetro urbano. Pede o apoio dos Conselheiros como
128. formadores de opinião e como usuários. Justifica que vai ter que ausentar-se da reunião para
129. tratar da Operação, e o Ten. Thiago o substituirá. O **Presidente** parabeniza o Prefeito
130. Municipal, o Secretário de Meio Ambiente e os gestores da Igreja por terem conseguido uma
131. solução consensada para o problema e deseja que isso sirva de exemplo para outras situações.

132. **4. Exame da Ata da 55ª Reunião Ordinária do dia 15/12/2009.**

133. O **Presidente** coloca em discussão a ata da 55ª Reunião Ordinária do dia 15/12/2009. A
134. **Conselheira Mônica Ladeia** diz que tem uma dúvida e talvez tenha havido um erro na linha
135. 251. Pede que se confira se é “E. coli ou termotolerante” ou “E. coli e coliformes totais”.
136. Gostaria que se colocasse: “E. coli ou termotolerante”. Diz que isso vale para as linhas 251 e
137. 253. Colocada em votação, a ata é aprovada. As **Conselheiras Anete Marília Pereira e**
138. **Valquíria Dias Moreira** declaram abstenção por não terem participado da reunião. A
139. **Conselheira Vanessa Veloso Barbosa** diz que, na linha 46, é colocada como “Geóloga” e
140. observa que é “Geógrafa”.

141. **5. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva- “A** 142. **Referendar”:**

143. 5.1 Cia Ferroligas Minas Gerais - Minasligas/Fazenda São Francisco da Extrema – produção
144. de carvão vegetal de origem plantada e silvicultura – Buritizeiro/MG – PA nº
145. 15071/2006/002/2008 – Classe 5 - Apresentação: SUPRAM NM.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

146. O **Presidente** coloca em votação. Após manifestações, coloca o processo em votação. É
147. **aprovado**.
148. O **Presidente** observa que se tem, em seguida, três processos do mesmo empreendedor. São
149. Processos Administrativos para Exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de
150. Instalação, da parte da Plantar Siderúrgica. Informa que antecipadamente o Conselheiro Ezio
151. Darioli pede vistas. O **Conselheiro Ezio Darioli** pede vistas aos processos seguintes, itens 6.1,
152. 6.2 e 6.3.
153. **6. Processos Administrativos para Exame de Licença Prévia concomitante com a Licença**
154. **de Instalação:**
155. 6.1 Plantar Siderúrgica S. A./Fazenda Santa Quitéria – silvicultura e desdobramento de
156. madeira – Grão Mogol/MG – PA nº18412/2009/001/2009 – Classe 3 – Apresentação:
157. SUPRAM NM.
158. 6.2 Plantar Siderúrgica S. A./Fazenda Surrão - silvicultura e desdobramento de madeira – Grão
159. Mogol/MG – PA nº 19772/2009/001/2009 – Classe 3 – Apresentação: SUPRAM NM.
160. 6.3 Plantar Siderúrgica S. A./Fazenda Santo Antônio - silvicultura e desdobramento de
161. madeira – Grão Mogol/MG – PA nº19776/2009/001/2009 – Classe 3 – Apresentação:
162. SUPRAM NM.
163. O **Presidente concede vistas**
164. 6.4 DACUNHA S.A./ Fazenda Agrivale – cultura de cana-de-açúcar, produção de carvão
165. vegetal de origem nativa/aproveitamento do rendimento lenhoso e bovinocultura de corte
166. intensivo – Jaíba e Matias Cardoso/MG – PA nº1487/2008/001/2009 – Classe 5 -
167. Apresentação: SUPRAM NM.
168. O **Conselheiro Paulo Márcio**, representante do Ministério Público pede vistas ao processo. O
169. **Presidente concede vistas**.
170. **7. Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença de Instalação:**
171. 7.1 Fundação Rural Mineira – Ruralminas/Barragem do Peão – barragem de irrigação e
172. perenização para agricultura - São João do Paraíso/MG – PA nº 11468/2005/002/2006 – Classe
173. 5 - Apresentação: SUPRAM NM.
174. **Yuri Rafael**, Chefe do Núcleo Jurídico da SUPRAM NM, diz que gostaria de fazer
175. esclarecimentos sobre este item porque é diferente do que geralmente se vê. Neste momento,
176. não há votação do processo em si. Ele já tem a LI concedida. O que está sendo apresentado é
177. apenas a votação da supressão da vegetação que deveria ter sido votada quando da instalação.
178. Por equívoco, a supressão não foi votada no momento da LI. A barragem já tem a LI com
179. todas as condicionantes estabelecidas. Ocorrem manifestações e questionamentos. Após
180. esclarecimentos, o **Presidente** coloca em votação. É **aprovada** a solicitação. Agradece a
181. participação do Sr. Pedro Garcia que trouxe esclarecimentos para o debate.
182. **8. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação Corretiva:**
183. 8.1 Prefeitura Municipal de Francisco Sá/Matadouro Municipal – abate de animais de médio e
184. grande porte (bovinos) – Francisco Sá/MG – PA nº2368/2006/002/2008 – Classe 3 –
185. Apresentação: SUPRAM NM
186. O Presidente coloca o processo em discussão. Ocorrem manifestações. O **Conselheiro Berilo**
187. **Maia**, diante dos questionamentos, diz não saber se seria interessante pedir para baixar em
188. diligência para que a prefeitura estabeleça nova legislação ou que aquela área seja
189. especificamente industrial, para que assim se possa votar com maior clareza e dar
190. licenciamento para um empreendimento que é altamente impactante. Entende que deveria ser
191. feita melhor adequação na legislação local para depois se apresentar o projeto para aprovação.
192. **Yuri Rafael** diz que, quando se fala em “baixar em diligência” é para algo que não foi
193. esclarecido no processo. Ou seria para procurar evidência se é ou não realmente distrito
194. industrial aquela localidade. Entende ser temerário baixar em diligência para obrigar o
195. município a criar uma norma. De forma indireta se estaria criando uma obrigação para o
196. município. Entende ser inviável baixar em diligência para isso. O **Conselheiro Berilo Maia**



197. retira sua proposta e pede que o município se manifeste se o local é uma zona industrial ou
198. zona de urbanização prioritária, cabendo a construção de casas também. O **Presidente** coloca
199. em votação a proposta de se colocar o processo em votação sem diligência. Com a aprovação,
200. o processo entra em votação. O **Conselheiro José Avelino** apresenta condicionante:
201. “Instalação de equipamento de cozimento e secagem. Prazo: na LO”. O **Presidente** coloca em
202. votação a condicionante. É **aprovada**. A **Conselheira Anete Pereira** propõe mudança na
203. redação do texto do parecer, na caracterização do empreendimento, 2º parágrafo: “O
204. abatedouro de Francisco Sá está localizado no distrito industrial”. O **Presidente** sugere que se
205. coloque “área com vocação industrial”. A **Conselheira Anete** diz que sua sugestão é que se
206. tire a idéia de “zona de urbanização prioritária”. A **Conselheira Vanessa Veloso Barbosa**
207. sugere que se consulte a lei municipal para esclarecer. **Yuri Rafael** diz que, como a
208. Conselheira coloca, são questões terminológicas. Diz que vai olhar com mais cuidado e, se for
209. pertinente, faz um adendo ao parecer colocando essas observações. O **Presidente** coloca o
210. processo em votação com a condicionante apresentada. O **Conselheiro Berilo Maia** apresenta
211. **voto contrário**. O processo é **aprovado**.

212. **9. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva:**

213. 9.1 Trevo Derivados de Petróleo Ltda. – posto de combustível – Montes Claros/MG – PA nº
214. 3652/2001/001/2001 – Classe 5 - Apresentação: SUPRAM NM.

215. O **Presidente** coloca em discussão. Não havendo manifestação coloca em votação. O processo
216. é **aprovado**.

217. **10. Processos Administrativos para exame de Revalidação de Licença de Operação:**

218. **10.1 Ligas de Alumínio S.A./LIASA – produção de ligas metálicas – ferroligas –**
219. Pirapora/MG – PA nº 50/1979/004/2009 – Classe 3 - Apresentação: SUPRAM NM.

220. **Yuri Rafael** observa que o prazo da revalidação na é de seis anos, mas de quatro anos. O
221. empreendimento sofreu uma autuação durante a licença de operação, por isso não faz jus ao
222. acréscimo de dois anos. Desenvolve-se a discussão do processo. O **Presidente** pede que a
223. Conselheira Mônica Ladeia apresente sua proposta de alteração de condicionante. A
224. **Conselheira Mônica Ladeia** apresenta: Anexo II – Item I: “Acrescentar análise de fenôis na
225. entrada e saída da caixa separadora de água e óleo”. O **Presidente** coloca em votação. É
226. **aprovada**. O **Presidente** coloca em votação a alteração na condicionante prevendo o envio de
227. relatório à FEAM, à SUPRAM e ao Ministério Público de Pirapora. É **aprovada**. Coloca em
228. votação o processo da Ligas de Alumínio S.A./LIASA. O **Conselheiro Dalton Figueiredo**
229. pede que se registre sua abstenção. É **aprovado** o processo Ligas de Alumínio S.A./LIASA –
230. produção de ligas metálicas – ferroligas – Pirapora/MG – PA nº 50/1979/004/2009. O
231. **Presidente** diz que é da natureza humana ter convicções e poder de observação. Diz ter
232. querido interferir positivamente e não quis colocar sob suspeição de maneira alguma a atuação
233. do Conselheiro Dalton Figueiredo. Mas, dentro da dinâmica do Conselho, às vezes tem que se
234. colocar de certa forma.

235. **10.2 Vale Manganês S.A. /Fazenda Chapada A – silvicultura e produção de carvão**
236. **vegetal oriundo de floresta plantada – Jequitaiá/MG – PA nº12069/2004/002/2009 – Classe 3**
237. - Apresentação: SUPRAM NM.

238. O **Presidente** coloca em discussão. Após manifestações, o **Presidente** coloca em votação a
239. proposta do Conselheiro Berilo Maia: “Interligação do remanescente isolado, denominado
240. como remanescente 1, com corredor ecológico, adotando as mesmas dimensões usadas pelos
241. técnicos da SUPRAM NM, à área de reserva legal. Prazo: após o primeiro plantio”. A proposta
242. é **aprovada**. A **Conselheira Mônica Ladeia** apresenta a proposta; “Anexo II, item 1: alteração
243. da frequência de monitoramento de anual para semestral”. Colocada em votação, é **aprovada**.
244. O **Presidente** coloca em votação o processo Vale Manganês S.A. /Fazenda Chapada A –
245. silvicultura e produção de carvão vegetal oriundo de floresta plantada. Esclarece que é
246. revalidação de licença de operação. É **aprovado**.

247. **11. Processo Administrativo para exame de Alteração de condicionante da Licença**



248 **Prévia:**

249 **11.1 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Açude Público de Congonhas** –
250 barragem de saneamento para fins de abastecimento humano – Grão Mogol e Itacambira/MG –
251 PA nº9186/2005/001/2007 – Classe 6 - Apresentação: SUPRAM NM.

252 O **Presidente** solicita que o Setor Jurídico esclareça melhor. **Yuri Rafael** diz que se trata da
253 modificação de condicionante estabelecida na época da LP e agora o DNOCS vem requerer
254 sua exclusão. Informa que a condicionante foi colocada em virtude de a equipe técnica e
255 jurídica acharem imprescindível sua colocação para a licença de instalação. Abre-se a
256 discussão do processo, com numerosas manifestações. **Dra. Maria do Socorro**, do DNOCS,
257 em relação à condicionante, esclarece que não está pedindo a retirada, como foi colocado pelo
258 Dr. Yuri. O pedido é para postergar. **Yuri Rafael**, depois de consultas aos documentos, pede
259 desculpas e informa que a pauta está errada, pois consta “Exclusão da condicionante” e, na
260 realidade o pedido do DNOCS é para “apresentação do DNOCS em uma data posterior da
261 condicionante ambiental relativa ao açude público de Congonhas”. O **Presidente** coloca em
262 votação o processo do DNOCS de Alteração de condicionante da Licença Prévia. O
263 **Presidente** conta **18 votos contrários** ao parecer dos técnicos, favoráveis, portanto, à alteração
264 conforme solicitação do DNOCS. Passa, então, a outra fase para definir o prazo de
265 apresentação dos estudos na formalização da LO. O **Presidente** coloca em votação. É
266 **aprovada** a solicitação do DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - com
267 relação à barragem de Congonhas, para fim de abastecimento humano – Grão Mogol –
268 processo nº9186/2005/001/2007 – no sentido de que se apresentem os estudos por ocasião da
269 LO.

270 **12. Processo Administrativo para exame de Alteração de condicionante da Licença de**
271 **Operação Corretiva:**

272 12.1 Empresa Gontijo de Transportes Ltda/Unidade de Janaúba – posto de abastecimento de
273 combustível – Janaúba/MG – PA nº499/2002/002/2002 – Classe 1 - Apresentação: SUPRAM
274 NM.

275 O **Presidente** coloca em discussão. Não havendo manifestação, coloca em votação. O parecer
276 é aprovado.

277 **13. Processo Administrativo para exame de Alteração de condicionante da Revalidação**
278 **de Licença de Operação:**

279 13.1 Nestlé Waters Brasil Bebidas e Alimentos Ltda. – preparação de leite e fabricação de
280 produtos de laticínios – Montes Claros/MG – PA nº70/1982/005/2009 – Classe 5 -
281 Apresentação: SUPRAM NM.

282 O **Presidente** coloca em discussão. Após manifestações, o **Presidente** coloca em votação o
283 parecer dos técnicos no sentido do prazo de seis meses. O **Conselheiro Ezio Darioli** se
284 abstém. É **aprovado**. O **Presidente** diz que, com abstenção do Conselheiro Ezio, fica mantido
285 o prazo sugerido pela equipe técnica no sentido de que Nestlé Waters Brasil, dentro do
286 processo nº70/1982/005/2009, cumpra a condicionante colocada no prazo de seis meses.
287 **Fabiano**, Técnico da SUPRAM, esclarece que é um prazo de mais seis meses a partir desta
288 reunião. O **Presidente** diz que existe o histórico de um passivo que vem de longa data e
289 existem condições técnicas, operacionais e financeiras para realização.

290 **14. Assuntos gerais.**

291 O **Presidente** apresenta o novo integrante da SUPRAM, o Engenheiro Agrônomo Vinícius,
292 que está ocupando a função de Diretor Técnico junto à SUPRAM. A **Conselheira Mônica**
293 **Ladeia** diz que recebeu nova reclamação e solicita um retorno, na próxima reunião, de
294 informação sobre a estrada de Campo Azul a Brasília de Minas está licenciada porque parece
295 que estão cortando pequiizeiros lá. O **Conselheiro Berilo Maia** diz que foi acertado entre o ele
296 e o Ministério Público que fosse apresentado nesta reunião o estudo a respeito das areieiras da
297 cabeceira do São Lamberto. Justifica que não teve tempo hábil devido a alguns problemas
298 técnicos no Escritório e se compromete a apresentar na próxima reunião e convida todos para



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Secretaria Executiva

299 que possam ver esse estudo no Escritório do IBAMA, na primeira semana de março, no dia 02,
300 terça-feira, às 9h. Seria um estudo prévio para se fazer um nivelamento do assunto que é
301 extremamente relevante. Diz que trouxe a denúncia física da BR 135 para se anexar e se
302 fazerem os encaminhamentos solicitados. **Yuri Rafael** diz que esses estudos vão subsidiar,
303 junto com os estudos jurídicos, a convocação das areieiras para os licenciamentos que são
304 passíveis de AAF na região. A **Conselheira Mônica Ladeia** lembra que, na última reunião,
305 discutiu-se a questão dos hospitais e ficou de haver um retorno nesta reunião. Cobra uma
306 resposta na próxima reunião. O **Presidente** agradece a presença de todos. Saúda o Dr. Paulo
307 Márcio e diz que gostaria que esta reunião marcasse alguma coisa no sentido de que a relação
308 com outros órgãos do poder público se dê de forma diferenciada de maneira que as pessoas dos
309 dois lados entendam que existem momentos e situações e existem formas de colocação. Diz
310 que ficou claro que existem vários estudos, mas não tiveram o encaminhamento adequado. Ao
311 licenciamento ambiental não podem ser imputadas culpas que ele não tem. Ressalta que existe
312 boa vontade, existe a vontade de que as coisas transcorram bem, com seriedade, com
313 qualidade. Mas, muitas vezes as coisas não acontecem como deveriam acontecer.

314 **15. Encerramento.**

315 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual foi
316 lavrada a presente ata.

317
318 Esta é a síntese da reunião do dia 09 de fevereiro de 2010.

319

320

321

322